



13377330



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	26/11/2020	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	Tercio Issami Tokano	SE
2.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
3.	David de Lima Freitas	SPO
4.	Rogério Xavier Rocha	SAA
5.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
6.	Valmírio Alexandre Gadelha Júnior	AEAL
7.	Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
8.	Claudio de Castro Panoeiro	SENAJUS
9.	Juliana Oliveira Domingues	SENACON
10.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
11.	Agrício da Silva	SENASP
12.	Kátia de Q. D. Baroni	OUV
13.	Vanessa Luz	DEPEN
14.	Déborah Botelho	CGGE
15.	Bernardo Batista de Assupção	CONJUR
16.	Isabela Maiolino	SENACON
17.	Andreia Prima Oliveira	DEPEN
18.	Karla Carvalho	SENAJUS

19.	Rodrigo de Sousa Alves	FUNAI
20.	Neide Alves dias de Sordi	AN
21.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
22.	Juliana Coelho Antero	DTIC
23.	Josélio Azevedo de Sousa	SEGEN
24.	Wellington C. P. Silva	PF
25.	Stefani Juliana Vogel	PRF
26.	Alexandre Futuro	GM
27.	Renata Souto	AFEPAR
PAUTA:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Considerações iniciais e pauta da reunião; 2. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020 - 2023 - panorama de projetos e indicadores; 3. Execução orçamentária; 4. Informe SAA/SE; 5. Informe DTIC/SE; 6. Encaminhamentos. 	
DELIBERAÇÕES		
<ol style="list-style-type: none"> 1. O Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, deu início agradecendo a presença de todos nesta última reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE do ano de 2020. Reforçou aos presentes para ficarem atentos aos prazos de atualização das informações do Painel de Monitoramento dos Resultados Operacionais, especialmente as unidades Polícia Federal – PF, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Secretaria de Operações Integradas – SEOP e Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP (Força Nacional). Foi destacado também o balanço de dois anos do governo do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, que é organizado pela Secretaria de Governança Institucional e que apresenta as ações e as realizações de cada ministério nos anos de 2019 e 2020. Reforçou que o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, assessorado pela Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, tem acompanhado essa pauta, com prazo para resposta em 30 de novembro. A ideia é que seja feito um levantamento de todas as entregas ao longo desses dois anos para que o Gabinete do Ministro – GM e a Secretaria Executiva – SE possam fazer uma análise do que será destacado e enviado para a Presidência da República – PR. Mencionou que o GM solicita que cada titular selecione as realizações mais relevantes da sua unidade. 2. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, explicou um pouco mais sobre o balanço e pediu para que as realizações não sejam restritas às entregas de projetos, podendo conter repasses significativos de recursos, doações de bens e equipamentos que representem entregas da unidade. 3. Em seguida, o Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, expôs a pauta e a PF deu início ao monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023. O Sr. Alan Lopes, Diretor Técnico-Científico da PF, apresentou o projeto “Brasil M.A.I.S”, que se encontra com 44% (quarenta e quatro por cento) de atraso por possuir metas muito audaciosas. No dia 26 de junho o projeto foi lançado e foram feitas as principais contratações. A etapa atual envolve a necessidade de adesão ao programa pelos órgãos do Ministério e parceiros externos. Internamente, a PF conta com mais de 800 (oitocentos) usuários e várias operações que fazem uso do programa, a exemplo de operações que envolvem trabalho escravo. Agradeceu também todo o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP na captação de parcerias para o projeto e todos os recursos destinados. O Coordenador de Gestão Estratégica da Polícia Federal, Sr. Wellington Silva, apresentou o indicador “Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal” com a meta de 4.484 (quatro mil quatrocentas e oitenta e quatro) operações, que inclusive já foi ultrapassada, e que, atualmente, conta com 4.934 (quatro mil novecentas e trinta e quatro) operações. Os resultados das operações de combate à corrupção foram ressaltados pelo seu ótimo desempenho, com aumento de 20% (vinte por cento) em relação ao ano anterior. Está sendo finalizada também a apuração da operação <i>Interprise</i>, que visa ser a maior 		

operação de combate às drogas da história da PF, com estimativa inicial de R\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões) de bens apreendidos, podendo chegar a R\$ 1.000.000.000 (um bilhão).

4. O Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, destacou que o projeto Brasil M.A.I.S é um dos mais importantes projetos estratégicos do MJSP por revolucionar a atuação em operações integradas e por ter um trabalho muito forte na troca de informações e bancos de dados, inclusive com os estados. Nesse sentido, reforçou a necessidade de adesão de órgãos de segurança ao sistema e de agilidade na identificação desses bancos de dados. Relembrou também da existência de um Comitê de Governança de Dados no MJSP que tem a função de identificar quais bancos de dados externos são mais interessantes para trabalhar em conjunto. Por fim, pediu engajamento na participação do Brasil M.A.I.S e na negociação com bancos de dados externos interessantes ao Ministério. O Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, concordou e pediu atenção para bancos de dados passíveis de negociação por ser uma tecnologia que é do interesse de todas as unidades.
5. Dando continuidade ao monitoramento, a Sra. Stefani Vogel tratou a respeito do “Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito” vinculado à PRF, que teve alguns avanços recentes, como: presença de gestores regionais nas 27 (vinte e sete) unidades da federação que farão o acompanhamento e a integração junto aos órgãos estaduais de trânsito; grupo técnico da PRF junto ao Departamento Nacional de Trânsito – DNATRAN que faz a revisão e a consolidação de todas as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN; e acompanhamento de projetos de lei que sugerem alterações nas normas de trânsito. Mencionou que nos estados da Bahia e de Santa Catarina, o projeto Perícia 3.0 tem buscado aperfeiçoar a produção de laudo pericial, como um documento científico e técnico mais robusto do que o boletim de acidente de trânsito, para identificação dos verdadeiros causadores dos acidentes. A proposta é buscar um alinhamento junto à Consultoria Jurídica – CONJUR para expandir o novo processo de produção de laudos policiais para toda a PRF. Por fim foi destacada a Operação Rodovida, que se voltará não só à fiscalização, mas também, e com maior destaque, à educação no trânsito, transformando-se em uma política pública da PRF. Em relação ao indicador estratégico “Operações de combate à criminalidade”, tem sido identificada uma dificuldade de padronização do que seriam operações, porque geralmente envolvem mais de uma unidade da federação e a contabilização dessas operações se torna mais desafiadora. Outra dificuldade é definir o próprio conceito de operação, quando, por exemplo, uma operação acontece em mais de um estado e gera problema na contagem, bem como a rotina diária de policiamento e fiscalização que não entra nesse conceito. A ideia para melhorar os resultados do indicador é evoluir o termo operação, encontrando um ponto comum para demonstrar com cada vez mais clareza os dados da PRF.
6. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, contribuiu com a apresentação da PRF, reconhecendo que a mensuração do indicador está muito bem, pois atendeu a meta em mais de 100% (cem por cento). A meta era menos de 500 (quinhentas) operações e atualmente conta com 1.077 (mil e setenta e sete), mostrando seu alto desempenho. A discussão para definir o que é operação realmente é bem complexa, até porque esse indicador está alinhado ao Plano Plurianual – PPA, como um dos seus resultados intermediários. O desafio é grande na medida em que operação para cada unidade tem um critério e o PPA nos obrigou a ter um indicador que somasse todos esses critérios. Um outro ponto relacionado ao projeto “Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito” é que, ao ser transformado efetivamente em uma política pública, é importante incluí-lo na carteira de políticas públicas do Ministério. Por fim, com relação ao balanço de dois anos, informou que no dia 26 de novembro terá uma reunião com todas as unidades para passar as orientações gerais e quais informações seriam interessantes destacar.
7. O Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Sr. Luiz Roberto Beggiora, aproveitou para expor um projeto piloto que a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD tem planejado, para o ano de 2021, juntamente com a PRF, com o objetivo de detectar o uso de substâncias psicoativas no trânsito. Inclusive esse projeto piloto acabou de receber equipamentos gratuitos doados por empresas nacionais e estrangeiras.
8. A Sra. Stefani Vogel complementou ressaltando que essas duas unidades tinham a expectativa de executar uma capacitação durante o ano de 2020, mas em função da pandemia, será necessária uma readequação de agendas, prevista para ser realizada em janeiro de 2021.
9. O Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, reforçou que o Brasil foca muito na questão do álcool, tendo uma legislação e uma aplicação extremamente rigorosa, mas deixando passar outras drogas. Infelizmente a maconha é responsável por muitos acidentes, sendo necessário um debate mais aprofundado. Reforçou ainda que a padronização do conceito de operações é um desafio metodológico e parabenizou a PRF por atingir e dobrar a meta do indicador exposto. Por fim, destacou que a responsabilidade civil tem sido um tópico que tem sido cada vez mais implantado, sempre considerando o Estado democrático de direitos e deveres.
10. O Sr. Greison Moreira da Fundação Nacional do Índio – FUNAI apresentou o projeto “Rede de proteção territorial e ambiental de terras indígenas com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto - CMR/FUNAI”, que utiliza a infraestrutura do CMR para fazer um monitoramento por satélite das terras indígenas. A partir disso, em 2015 foi desenvolvida uma plataforma *web* que permite acompanhar:

desmatamento, fogo, degradação e mudanças no solo dessas terras. O plano de proteção territorial foi criado com base nessas informações obtidas pelo CMR e em parceria com outros órgãos ligados ao tema. A premissa do projeto é criar uma rede de instituições estaduais e federais para contribuir com a proteção territorial e ambiental de terras indígenas a partir dos dados obtidos, gerando respostas mais rápidas aos problemas. A primeira tarefa foi o estabelecimento de proposta dos níveis de alertas de danos, que tem como foco definir os locais prioritários para ação da FUNAI e dos órgãos parceiros. Esse modelo de atuação contra o desmatamento nas terras indígenas foi desenvolvido por meio da coleta de informações e da análise de resultados, levando em consideração as características territoriais. Esse primeiro ano do projeto foi de fato para realizar um intercâmbio de informações de monitoramento e de experiência entre os diversos órgãos que atuam nesse tema. Por fim, mencionou que o mapeamento do processo está em andamento.

11. O Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, fez duas observações. A primeira foi que o projeto Brasil M.A.I.S está sendo utilizado no atendimento de uma Arguição de Descumprimento de Preceito fundamental – ADPF do Supremo Tribunal Federal – STF e que a FUNAI poderia contribuir fazendo parte formalmente do projeto. A segunda observação é que existe uma discrepância entre a parte concluída e a parte prevista no painel de monitoramento.
12. O Sr. Greison Moreira retomou a fala e explicou que a FUNAI já solicitou a adesão ao projeto Brasil M.A.I.S para colaborar na parte de dados e informações. Em relação à discrepância entre a parte concluída e a parte prevista no painel, informou que é necessária uma atualização para deixar as informações mais próximas do real andamento do projeto.
13. O Coordenador de Gestão Estratégica da PF, Sr. Wellington Silva, ressaltou a importância dessa colaboração da FUNAI com a PF no projeto Brasil M.A.I.S, principalmente na questão do sensoriamento remoto. O impacto dessa parceria tornará as atuações mais pontuais e mais eficientes.
14. Em seguida, o Sr. Greison Moreira apresentou o indicador estratégico “Número de expedições realizadas”, que já atingiu sua meta de 5 (cinco) expedições. No painel constam 6 (seis), mas atualmente foram 11 (onze) expedições realizadas, que têm como objetivo identificar vestígios de indígenas isolados. Esse trabalho é feito pelas frentes de proteção ambiental, sendo bem específico por conta da localização.
15. O Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, parabenizou a FUNAI pelo trabalho realizado. Pontuou a necessidade de atualização dos dados de forma rotineira como um aprimoramento do monitoramento. Ressaltou que a partir do dia 31 de dezembro o Tribunal de Contas da União – TCU passará a exigir que a transparência ativa seja atualizada de forma mais frequente. Os dados devem estar disponíveis no site para qualquer pessoa acessar.
16. Dando seguimento à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, trouxe o *ranking* de execução orçamentária das unidades do MJSP, que teve pouca alteração desde a última reunião. É importante lembrar que algumas unidades estão aguardando a publicação de portarias para concluir seus empenhos. A execução encontra-se atualmente em 75,96%, (setenta e cinco vírgula noventa e seis por cento) mostrando que carece de atuação de algumas unidades. No quadro em questão, não consta a execução do crédito extraordinário da Covid, onde o Ministério possui ainda R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões) disponíveis para serem empenhados. Informou, ainda, que será convocada uma reunião com as unidades que ainda possuem saldos disponíveis, de modo a verificar se serão empenhados ou não. Já com relação à Medida Provisória nº 965, seus recursos foram bloqueados e não podem mais ser empenhados. O painel do Crédito Extraordinário, inclusive, está sendo alterado para incluir essas informações. Falou ainda sobre a execução do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, onde foi feito um repasse, apenas pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN, de R\$ 502.000.000,00 (quinhentos e dois milhões), faltando ainda R\$ 755.000.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco milhões). Com relação ao Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, no primeiro decêndio de dezembro haverá uma janela de oportunidade para remanejar os recursos não executados para a rubrica orçamentária que realiza o pagamento do fundo a fundo, transferindo esses recursos para o Estado e otimizando assim seu processo de execução.
17. O Sr. Tercio Tokano enfatizou a importância da tratativa do assunto dos fundos, principalmente no que tange ao interesse do Sr. Ministro, uma vez que o principal desafio para o próximo ano é focar na agilidade dos empenhos. Alertou ainda para questões que ocorrem todos os anos, como os contingenciamentos, que tem por preferência as pastas que estão em atraso, refletindo na importância do planejamento para uma melhor execução.
18. O Sr. Cláudio Py complementou a fala sobre os fundos, citando o alerta feito pelo Tribunal de Contas sobre a baixa execução orçamentária e financeira ao julgar o processo de contas da Secretaria Executiva - SE, relativo ao ano de 2017.

19. O Sr. Cláudio de Castro Panoeiro prestou um esclarecimento a respeito da execução orçamentária, quando no dia 25 de novembro de 2020 a Secretaria Nacional de Justiça – SENAJUS assinou o TED de Restrições Judiciais sobre Veículos Automotores – RENAJUD e aguardam apenas a transferência do recurso. Obtiveram ainda uma sobra orçamentária de R\$700.000,00 (setecentos mil), que foi direcionado para o RENAJUD e financiará o sistema até agosto de 2021.
20. O Sr. Luiz Roberto Beggiora informou que deu conhecimento à SENASP, à SEOPI e à SEGEN sobre o banco de projetos da SENAD. Informou que no dia 24 e novembro foi apresentado o projeto, o qual possibilita a habilitação de projetos para a melhoria na execução orçamentária.
21. O Sr. Josélio Sousa repassou informações acerca da SEGEN, que está finalizando as tratativas com as áreas finalísticas sobre a execução. O prazo final é dia 4 de dezembro, tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei - PLN. Reforçou ainda a importância da portaria de instituição do CompraSUSP que se encontra na CONJUR. E por fim, perguntou ao Sr. David Freitas e ao Sr. Washington Bonini sobre a atualização da portaria que trata da celebração de contratos no âmbito do Ministério.
22. O Sr. Washington Bonini respondeu ao Sr. Josélio Sousa, destacando que foi publicada na semana anterior a portaria do Plano Geral de Aquisições, a qual trata de todas as aquisições do Ministério para o ano de 2021. Ficou acertado que o plano será revisto, iniciando-se no início de 2021, para uma visão temporal mais adequada dos processos de aquisição. O plano atualmente prevê as aquisições, de modo autorizativo, todas as compras para o próximo ano seguinte, funcionando como uma lista de possibilidades de contratação. A ideia é transformá-lo em um modelo determinativo, modificando de forma significativa o modo de as unidades atuarem.
23. O Sr. Rogério Xavier informou ainda sobre a publicação da Portaria nº 405, que estabelece a governança de contratações públicas, trazendo mecanismos para a melhoria do planejamento e do monitoramento de contratação. Traz ainda a obrigatoriedade de que as unidades demandantes e licitantes estabeleçam as licitações que ocorrerão ao longo do ano, melhorando assim a compreensão da execução orçamentária. A portaria em questão foi noticiada, por meio do Ofício Circular nº 153.
24. O Sr. David Freitas reforçou a importância do banco de projetos, para que cada unidade tenha mais opções de aplicação de seus recursos quando ocorrem imprevistos em algumas contratações ou em alguns projetos. Parabenizou a iniciativa da SENAD e comentou ainda que o Ministério vem incentivando cada vez mais essa boa prática de apoio na execução e na entrega efetiva de políticas públicas. O Sr. Tercio Tokano reforçou que o papel da SE e do CGE é acompanhar, na medida do possível, as unidades e o desenvolvimento desses bancos, compartilhando as informações para aprimorar a etapa de tomada de decisão.
25. Na oportunidade, a Diretora-Geral do Arquivo Nacional - AN, Sra. Neide de Sordi, comentou que o Arquivo Nacional está realizando serviços de instalação e de adequação dos sistemas de combate a incêndio e pânico do Arquivo Nacional com projeto apresentado ao FDD e que foi apresentado um novo projeto no último edital que ela espera que seja aprovado.
26. Em seguida, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, tratou sobre o retorno gradativo ao trabalho presencial, que desde março deste ano foram autorizadas as aplicações das medidas excepcionais e emergenciais para a contenção da transmissibilidade da Covid-19 no MJSP. Sendo assim, desde março boa parte das equipes estão em trabalho remoto e a taxa de contaminação pelos servidores tem sido acompanhada durante todo esse tempo, mas nos últimos meses vem ocorrendo um declínio do contágio. No último despacho de prorrogação da Portaria nº 132/2020, a Portaria nº 821/2020 solicitou a elaboração de estudos acerca da possibilidade de retorno seguro ao trabalho presencial. Esses estudos estão sendo concluídos pela SE, que deve começar a elaborar instrumentos normativos para sinalizar o retorno gradual do trabalho presencial para as equipes. Os servidores e colaboradores do grupo de risco devem permanecer em trabalho remoto e os demais têm uma previsão de voltar ao trabalho presencial a partir do dia 4 de janeiro de 2021. A ideia é que no retorno gradual sejam feitos turnos de revezamento, podendo ser diários ou semanais, além da limitação de no máximo 50% (cinquenta por cento) de servidores presentes dentro da capacidade física do local de trabalho, obrigatoriedade do uso de máscara, aferição da temperatura e outras medidas.
27. O Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, complementou a fala anterior enfatizando que o MJSP está seguindo a iniciativa do Ministério da Economia – ME, que o estudo está sendo cuidadoso e envolvendo vários elementos. Ressaltou também que as chefias têm a atribuição de gerir o retorno das respectivas equipes.
28. Dando seguimento à pauta, o Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Rodrigo Lange, apresentou o Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação – PDTIC, que é um documento obrigatório de diagnóstico, planejamento e gestão de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC. Sua obrigação legal é baseada na Portaria SGD/ME nº 778/2019, e o novo PDTIC terá vigência de 1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2023, contando com no mínimo uma revisão ao ano e com o

acompanhamento, por meio de reuniões periódicas com as áreas. Mencionou que há previsão de mais de uma revisão anual e que no começo de novembro foram encaminhadas novas demandas que foram pauta da reunião do dia 25 de novembro do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC. Comentou que o CTIC aprovou o PDTIC e que foi encaminhado aos membros do CGE para aprovação pelas unidades que não têm PDTIC próprio. As unidades que têm autonomia de TIC e PDTIC próprios deverão fazer a validação dentro das suas próprias unidades, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, FUNAI, PF e PRF. Como resultado do PDTIC, foram verificadas 283 (duzentas e oitenta e três) demandas de TIC, das quais 75% (setenta e cinco por cento) são de contratações e 25% (vinte e cinco por cento) de desenvolvimento de sistemas. Hoje a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC trabalha com 25 (vinte e cinco) sistemas, e os principais projetos para o ano que vem envolvem segurança e privacidade das informações, *Big Data*, desenvolvimento de sistemas e aquisição de equipamentos e ferramentas. O prazo de manifestação das unidades sobre o PDTIC é de 5 (cinco) dias úteis, e, caso não haja manifestação, será considerado aprovado pelo CGE.

29. O Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, complementou que o PDTIC é um plano que prevê as aquisições e as contratações de desenvolvimento do MJSP. Frisou que é competência do CGE aprovar o plano a nível ministerial e a importância da priorização de projetos, sobretudo porque há a estimativa do desenvolvimento de 42 (quarenta e dois) projetos simultâneos para o ano que vem, podendo gerar o aumento da capacidade de atendimento da DTIC. Parabenizou a atuação na gestão de dados do MJSP e destacou que para o ano que vem o foco será a segurança de dados.
30. Finalizando a pauta, o Sr. Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, informou que o processo SEI nº (08011.000191/2020-44), referente ao monitoramento dos resultados obtidos no mês de novembro, terá prazo até o dia 10 de dezembro para coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos. Informou ainda sobre o monitoramento efetivo das entregas qualitativas dos projetos estratégicos e outros relevantes e dificuldades, com prazo também para 10 de dezembro. Frisou que a próxima reunião ordinária será realizada no dia 28 de janeiro. A partir de fevereiro, será iniciada, conforme orientação do Sr. Ministro, a realização de reuniões quinzenais, sendo uma com pauta mais específica e outra com pauta mais ampla, envolvendo os temas gerais do Sistema de Governança do Ministério. Reforçou ainda quais unidades apresentarão o andamento de 1 (um) projeto e de 1 (um) indicador na próxima reunião, quais sejam: SENACON com o projeto “Fortalecimento do Fundo de Defesa de Direitos Difusos junto a Sociedade” e o indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo”; SEGEN com os Projeto “ComprasSUSP – Estratégia de Compra Nacional do Sistema Único de Segurança Pública” e o indicador “Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externa”; e SE com o projeto “Revisão e padronização dos processos relativos a contratações públicas” e o indicador “Tempo médio de conclusão dos processos licitatórios”.
31. A Sra. Neide Sordi anunciou o lançamento do projeto Super.br pelo AN no Palácio do Planalto no dia 26 de novembro de 2020, às 16h, juntamente com o lançamento do programa Códex e um Revogação de 300 decretos, fruto de uma parceria do AN, juntamente com a Advocacia-Geral da União – AGU e o ME, para a gestão de documentos e boas práticas de arquivo. Mencionou que o Super.br poderá ser utilizado pelos entes que são impossibilitados de usarem o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, mas, também, por qualquer órgão da Administração Pública. Tem-se ainda a expectativa de que o sistema possa vir a substituir o SEI, de forma a sanar algumas fragilidades na preservação digital.
32. O Sr. David Freitas informou ainda que a Setorial de Custos da SE ficou em segundo lugar no *ranking* de maturidade e de qualidade da gestão de custos da Esplanada dos Ministérios, parabenizando a equipe por essa conquista.
33. A Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, Sra. Claudete Trapp, agradeceu as felicitações à Setorial de Custos e informou que ainda há duas unidades a serem inseridas na gestão de custos, especificamente em relação a custos de pessoal. Enfatizou ainda a importância da coleta de informações do monitoramento do planejamento estratégico, para que o painel esteja sempre com a posição dos projetos e dos indicadores estratégicos atualizada.
34. Finalizando a reunião, o Sr. Tercio Tokano agradeceu à Sra. Claudete Trapp e à equipe que realiza o acompanhamento e o apoio ao Comitê de Governança Estratégica, cuja importância é inquestionável. Agradeceu ainda a presença dos titulares, imprescindível para o desenvolvimento do trabalho do Comitê, principalmente neste ano de 2020, que de longe está sendo um dos mais difíceis. Declarou ainda a gratidão pelo empenho de todos, apesar das dificuldades neste ano de pandemia, e, também pela saúde dos presentes. Mencionou também que espera a dedicação de todos em 2021, destacando que o foco do nosso empenho é a sociedade.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 21/12/2020, às 11:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Clay Porcino Silva, Usuário Externo**, em 21/12/2020, às 11:54, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 21/12/2020, às 12:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA LUZ, Diretor(a)-Executivo(a) do Departamento Penitenciário Nacional**, em 21/12/2020, às 12:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 21/12/2020, às 15:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 21/12/2020, às 16:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 21/12/2020, às 17:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 21/12/2020, às 17:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO BENTO, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 22/12/2020, às 11:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **TERCIO ISSAMI TOKANO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 23/12/2020, às 14:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Nogueira do Valle de Carvalho, Gerente de Projeto**, em 04/01/2021, às 15:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 04/01/2021, às 19:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 07/01/2021, às 14:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 15/01/2021, às 12:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 18/02/2021, às 12:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bueno de Melo, Diretor(a) da Tecnologia da Informação e Comunicação - Substituto(a)**, em 18/02/2021, às 13:34, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 18/02/2021, às 14:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Prima Olivo, Agente Federal de Execução Penal**, em 25/02/2021, às 10:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Agrício da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 25/02/2021, às 10:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **13377330** e o código CRC **6B6B963C**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.